

# CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO:	PROCEDIMENTO N.º 73/24 – Concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual
PREÇO BASE:	454.001,66 € (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e um euro e sessenta e seis cêntimos)
OBJETO CONTRATUAL:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO E PROJETO DE EXECUÇÃO, POR LOTES

**CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO  
**DIVISÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO**

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA  
TEL. 229 408 600 · FAX 229 480 901 · dcp.dfp@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt

IM-006.8  
Página 1/26



## INDICE

<b>Cláusula 1.ª</b> .....	5
Enquadramento.....	5
<b>Cláusula 2.ª</b> .....	5
Objeto do procedimento.....	5
<b>Cláusula 3.ª</b> .....	5
Contrato .....	5
<b>Cláusula 4.ª</b> .....	6
Disposições e cláusulas por que se rege a prestação de serviços.....	6
<b>Cláusula 5.ª</b> .....	6
Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação de serviços.....	6
<b>Cláusula 6.ª</b> .....	7
Prazo contratual e prazos parciais .....	7
<b>Cláusula 7.ª</b> .....	8
Obrigações principais do prestador de serviços.....	8
<b>Cláusula 8.ª</b> .....	9
Conformidade e operacionalidade da prestação de serviços .....	9
<b>Cláusula 9.ª</b> .....	9
Controlo da execução e acompanhamento .....	9
<b>Cláusula 10.ª</b> .....	10
Inoperacionalidades ou discrepâncias .....	10
<b>Cláusula 11.ª</b> .....	11
Transferência de propriedade .....	11
<b>Cláusula 12.ª</b> .....	11
Trabalhadores afetos à prestação de serviços.....	11
<b>Cláusula 13.ª</b> .....	11
Confidencialidade e proteção de dados pessoais .....	11
<b>Cláusula 14.ª</b> .....	13
Prazo do dever de sigilo .....	13
<b>Cláusula 15.ª</b> .....	13
Conflitos de interesses e imparcialidade.....	13
Secção II.....	13
Obrigações do Município da Maia .....	13

<b>Cláusula 16.ª</b> .....	13
Obrigações principais do Município da Maia .....	13
<b>Cláusula 17.ª</b> .....	14
Preço base e preço contratual.....	14
<b>Cláusula 18.ª</b> .....	14
Faturação e condições de pagamento.....	14
<b>Cláusula 19.ª</b> .....	15
Disposição e fruição de bens pertencentes a terceiros afetos à boa execução do contrato..	15
<b>Cláusula 20.ª</b> .....	15
Gestor do contrato.....	15
<b>Cláusula 21.ª</b> .....	16
Penalidades contratuais e resolução.....	16
<b>Cláusula 22.ª</b> .....	16
Força maior.....	16
<b>Cláusula 23.ª</b> .....	17
Resolução por parte do Município da Maia .....	17
<b>Cláusula 24.ª</b> .....	18
Resolução por parte do prestador de serviços.....	18
<b>Cláusula 25.ª</b> .....	18
Foro competente .....	18
<b>Cláusula 26.ª</b> .....	18
Subcontratação e cessão da posição contratual .....	18
<b>Cláusula 27.ª</b> .....	18
Comunicações e notificações .....	18
<b>Cláusula 28.ª</b> .....	19
Contagem dos prazos .....	19
<b>Cláusula 29.ª</b> .....	19
Legislação aplicável .....	19
<b>Cláusula 30.ª</b> .....	20
Enquadramento.....	20
<b>Cláusula 31.ª</b> .....	20
Local da prestação de serviços .....	20
<b>Cláusula 32.ª</b> .....	20



Características do edificado .....	20
<b>Cláusula 33.ª</b> .....	21
Prestação de serviços a executar .....	21
<b>Cláusula 34.ª</b> .....	23
Instrução dos Projetos .....	23
<b>Cláusula 35.ª</b> .....	24
Documentos da Responsabilidade da Entidade Adjudicante .....	24
<b>Cláusula 36.ª</b> .....	24
Serviços a Executar .....	24
<b>Cláusula 37.ª</b> .....	25
Constituição da equipa projetista/Adjudicatários .....	25
<b>Cláusula 38.ª</b> .....	25
Modo de apresentação do Projeto .....	25
<b>Cláusula 39.ª</b> .....	25
Documentação .....	25

## PARTE I

### Cláusulas jurídicas

#### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

### Cláusula 1.ª

#### Enquadramento

1. O objeto do presente procedimento, de acordo com a descrição apresentada nas Especificações Técnicas – Parte II do presente Caderno de Encargos, consiste na **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO E PROJETO DE EXECUÇÃO, POR LOTES”**.
2. Na prestação de serviços objeto do contrato, observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
3. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, fica o prestador de serviços obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com a prestação de serviços objeto do contrato.
4. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do concorrente e só dele, não reconhecendo o Município da Maia, a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o prestador de serviços.
5. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Caderno de Encargos, serão observadas as disposições constantes das normas legais em vigor.

### Cláusula 2.ª

#### Objeto do procedimento

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, por lotes, que tem por objeto a prestação de serviços de projeto de execução, por lotes, nos termos do aprovado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023 de 14 de julho (doravante designado abreviadamente por CCP) e nas condições definidas nas Cláusulas Técnicas descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.
2. Os lotes objeto do presente procedimento são:
  - a) **Lote 1** - Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia;
  - b) **Lote 2** – Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Pedrouços;
  - c) **Lote 3** – Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia;
  - d) **Lote 4** – Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para o Centro de Saúde do Alto da Maia e do Centro de Saúde de Pedrouços.

### Cláusula 3.ª

#### Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Disposições e cláusulas por que se rege a prestação de serviços**

1. A execução do contrato obedece:
  - 1.1. Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
  - 1.2. Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (CCP);
  - 1.3. À Lei nº 31/2009, de 3 de julho, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 25/2018, de 14/06, que estabelece o regime jurídico da qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra;
  - 1.4. O Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, e demais legislação de segurança e saúde do trabalho aplicável, bem como o disposto no Plano de Segurança e Saúde da Empreitada;
  - 1.5. Os demais diplomas legais e regulamentares que se encontrem em vigor e que se relacionem com os serviços a prestar no âmbito do contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.
2. Terão ainda de ser respeitadas as disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.
3. Nas suas relações com todos os intervenientes, empreiteiro, fornecedores, prestadores de serviços, etc., o Cocontratante obriga-se ainda a respeitar e fazer cumprir o estabelecido nos respetivos contratos e legislação aplicável, de acordo com as atribuições que lhe são cometidas pelo Município da Maia no âmbito do contrato a celebrar e do presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação de serviços**

2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
  - 2.1. As divergências que, porventura, existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão

através da seguinte ordem, decrescente, de prevalência e sem prejuízo do disposto no nº 5 do artigo 96º do CCP:

- 2.1.1. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Município da Maia nos termos do artigo 50º do CCP;
- 2.1.2. Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
- 2.1.3. O presente Caderno de Encargos, com todas as peças que o constituem;
- 2.1.4. A proposta adjudicada;
- 2.1.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pelo adjudicatário.
- 2.2. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato e o clausulado deste, resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pelo Município da Maia de acordo com o artigo 99º do CCP e aceites pelo prestador de Serviços nos termos do disposto no artigo 101º daquele Código.
- 2.3. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o Cocontratante deverá:
  - 2.3.1. Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, ao Município da Maia e aceitar as decisões que esta tomar;
  - 2.3.2. Se as dúvidas ocorrerem após o início da execução do contrato, o Cocontratante deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.
- 2.4. A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número precedente torna o Cocontratante responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

## Cláusula 6.ª

### Prazo contratual e prazos parciais

1. Em cada um dos lotes, o respetivo contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à data da aposição da última assinatura eletrónica no clausulado contratual.
2. Qualquer dos lotes terá uma duração de 3 anos de modo a cobrir a assistência técnica, que também faz parte deste contrato.
3. O projeto de execução e quando aplicável, o anteprojeto, objeto de cada lote adjudicado, tem de ser entregue ao Município da Maia, instruído por todos os documentos exigidos no presente Caderno de Encargos e pela legislação em vigor aplicável:
  - 3.1. **Lote 1** - Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia: no prazo máximo de **2 (dois) meses**, a contar da data de entrada em vigor do contrato;
  - 3.2. **Lote 2** - Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Pedrouços: no prazo máximo de **2 (dois) meses**, a contar da data de entrada em vigor do contrato;
  - 3.3. **Lote 3** - Elaboração de um anteprojeto e projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia: no prazo máximo de **3 (três) meses**, a contar da data de entrada em vigor do contrato;
  - 3.4. **Lote 4** - Elaboração de um anteprojeto e projeto de execução para o Centro de Saúde do Alto da Maia e do Centro de Saúde de Pedrouços: no prazo máximo de **3 (três) meses**, a contar da data de entrada em vigor do contrato.

4. O prestador de serviços fica ainda obrigado a participar nas reuniões para o desenvolvimento dos trabalhos.
5. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da sua cessação, o contrato terminará a sua vigência quando for atingido o primeiro dos seguintes limites:
  - a) O prazo de execução máximo para cada um dos lotes, a contar da data de entrada em vigor do contrato;
  - b) Valor do preço contratual.
6. Em cada lote, quando verificado o disposto no número anterior, extinguem-se apenas as obrigações e condições constantes no contrato relativas a esse lote.
7. Durante o período de vigência do contrato, o prestador de serviços não pode efetuar qualquer alteração ao preço e às condições acordadas com o Município da Maia.
8. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no n.º 2, e caso não tenha sido atingido o preço contratual estabelecido no âmbito do presente contrato, o mesmo extingue-se sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

## CAPÍTULO II

### Obrigações contratuais

#### Secção I

#### Obrigações do prestador de serviços

### **Cláusula 7.ª**

#### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as obrigações principais:
  - a) Prestar os serviços identificados na sua proposta, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas – Parte II, do presente Caderno de Encargos e conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade;
  - b) Executar um serviço de qualidade, de acordo com o previamente contratualizado, prestando informações detalhadas sempre que solicitadas pelo Município da Maia;
  - c) Garantir que os projetos de execução a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - d) Cumprir os prazos contratualizados para a prestação de serviços;
  - e) Adequar os projetos à análise técnica efetuada pelo revisor e alterar, caso entenda, de modo a acolher as sugestões do revisor;
  - f) Esclarecer o Município da Maia em quaisquer dúvidas relacionadas com o objeto do contrato;
  - g) Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da sua atividade;
  - h) Cumprir com o disposto no artigo 419.º-A do CCP, no que respeita aos trabalhadores afetos à prestação de serviços;
  - i) Conduzir a execução do contrato com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - j) Responsabilizar-se por todos os danos causados ao Município da Maia relativos à prestação dos serviços e que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais);
  - k) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do Município da Maia;



- l) Cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e não intervir na celebração de contratos que as violem;
  - m) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao Município da Maia os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução da prestação de serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o Município da Maia;
  - n) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
  - o) Submeter às entidades externas todos os projetos que necessitam de parecer, tais como, ADENE, E-Redes, ANPEC, ...
  - p) Disponibilizar ao Município da Maia a informação relevante para a gestão dos contratos;
  - q) Comunicar ao Município da Maia qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - r) Responsabilizar-se quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso o Município da Maia vier a ser demandado por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o prestador de serviços indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
  - s) Garantir a confidencialidade assim como manter o sigilo de toda a informação e conhecimento disponibilizados;
  - t) Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

## **Cláusula 8.ª**

### **Conformidade e operacionalidade da prestação de serviços**

1. O prestador de serviços obriga-se a prestar os serviços objeto do presente procedimento nos termos, condições e prazos acordados, em completa observância do prescrito neste Caderno de Encargos e na proposta apresentada.
2. Todos os serviços devem ser executados em perfeitas condições para os fins a que se destinam e devidamente instruídos pelos documentos que sejam necessários para a sua boa e integral utilização, incluindo instruções/especificações e outros.
3. O prestador de serviços é responsável, perante o Município da Maia, por qualquer discrepância verificada entre as condições de contratação de serviços por si definidos e as efetivamente contratadas.

## **Cláusula 9.ª**

### **Controlo da execução e acompanhamento**

1. O Município da Maia designará um gestor do contrato, que disporá de poderes bastantes para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo prestador de serviços e o qual fará a inspeção e o

acompanhamento da prestação de serviços, com a periodicidade e frequência que se considere necessárias.

2. O acompanhamento da execução do contrato será efetuado sempre o Município da Maia o julgue conveniente, diretamente pelo gestor do contrato, ou por representante por si designado.
3. Durante o acompanhamento da execução os serviços objeto do contrato, o Município da Maia, através do gestor do contrato, ou alguém designado por este, procederá à inspeção daqueles, com vista a verificar se estão em conformidade com as condições estabelecidas nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos e de modo a aferir se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais que se encontram definidos nas citadas Cláusulas Técnicas e os que constam mencionados na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
4. Durante a fase de inspeção a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve facultar ao Município da Maia toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, bem como livre acesso a toda a documentação produzida no âmbito da execução do contrato, podendo fazer-se representar por pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
5. O prestador de serviços obriga-se a que o gestor do contrato superintenda e acompanhe regularmente a execução da prestação de serviços e se mantenha permanentemente informado sobre o estado da sua execução e sobre os aspetos técnicos com ela relacionados, esteja presente durante as ações de acompanhamento e preste todos os esclarecimentos requeridos sobre a execução técnica do contrato;
6. Sempre que se verifiquem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, o Gestor do Contrato deverá constituir evidência documental de todas as ocorrências existentes, bem como a emissão de relatório devidamente fundamentado sobre o desempenho do prestador de serviços.
7. O Município da Maia e poderá impor a substituição do gestor do contrato quando este, de forma reiterada, faltar ao cumprimento das suas obrigações ou demonstrar falta de conhecimento das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do prestador de serviços.
8. O prestador de serviços não pode invocar qualquer tipo de pretexto resultante de desconhecimento da natureza, importância ou âmbito serviços a realizar, para atenuar a responsabilidade que assume com a execução do contrato.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Inoperacionalidades ou discrepâncias**

1. Se no decorrer da análise realizada pelo Município da Maia não se comprovar a total operacionalidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas, o Município da Maia, através do gestor do contrato, deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
2. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo que for determinado pelo Município da Maia, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após o prestador de serviços proceder às correções necessárias, no prazo respetivo, o Município da Maia efetua uma nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.
4. São excluídos de garantia todas discrepâncias que notoriamente resultarem de utilização abusiva ou de negligência do Município da Maia, bem como todas as anomalias resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou força maior.

5. Em caso de anomalia detetada no objeto do contrato, o prestador de serviços compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento de honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Transferência de propriedade**

1. Com a aceitação dos elementos produzidos no âmbito do contrato ocorre a transferência da sua posse e propriedade para o Município da Maia, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos da proposta adjudicada.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Trabalhadores afetos à prestação de serviços**

1. O prestador de serviços obriga-se a dar total cumprimento ao disposto no artigo 419.º-A do CCP, indicando, de forma expressa, o vínculo contratual dos trabalhadores a afetar à presente prestação de serviços, atendendo ao prazo da aquisição de serviços.,
2. O incumprimento do número anterior constitui uma contraordenação muito grave, punível com uma coima, conforme o disposto na alínea f) do artigo 456.º do CCP.
3. Todos os técnicos subscritores dos projetos deverão apresentar o termo de responsabilidade, bem como a Declaração da Ordem a que pertencem.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Confidencialidade e proteção de dados pessoais**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Maia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
3. As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.
4. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
5. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.
6. Cada uma das Partes obriga-se expressamente a tratar e manter de forma absolutamente confidencial toda a informação privilegiada de que venha a tomar conhecimento, abstendo-se de a revelar, total ou parcialmente.

7. As Partes obrigam-se expressamente a utilizar a Informação Privilegiada única e exclusivamente para os efeitos do presente procedimento, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto e independentemente dos fins, quer em benefício próprio quer de terceiro.
8. O prestador de serviços obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Município da Maia ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
9. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município da Maia, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do Município da Maia.
10. O prestador de serviços compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município da Maia, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo Município da Maia.
11. As Partes mais se obrigam a garantir que a obrigação de confidencialidade aqui prevista será respeitada pelos seus trabalhadores, colaboradores e/ou qualquer pessoa que, em razão do trabalho ou serviço que preste, possa ter acesso a tal informação.
12. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Município da Maia venha a incorrer em consequência da quebra de confidencialidade, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.
13. O prestador de serviços obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, a cumprir o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, doravante designada por RGPD), e demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, nomeadamente a:
  - a) Utilizar e tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município da Maia, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
  - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
  - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Município da Maia esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção e tratamento dos dados pessoais tratados por conta do Município da Maia contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
  - f) Prestar ao Município da Maia toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o Município da Maia informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

- g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no caderno de encargos.
14. O prestador de serviços obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e no RGPD e demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o prestador de serviços celebre com outras entidades por si subcontratadas.
15. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Município da Maia venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
16. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao prestador de serviços, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o prestador de serviços e o referido colaborador.
17. No caso em que o prestador de serviços seja autorizado pelo Município da Maia a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devido às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Conflitos de interesses e imparcialidade**

1. O prestador de serviços deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses do Município da Maia.
2. O prestador de serviços obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para o Município da Maia ou para os seus direitos e interesses.

#### **Secção II**

##### **Obrigações do Município da Maia**

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Obrigações principais do Município da Maia**

1. Constituem obrigações do Município da Maia:
- a) Efetuar o controlo da qualidade da prestação de serviços, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, de segurança, entre outras, contratadas;
  - b) Monitorizar a prestação de serviços, em períodos regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotando os desvios detetados, identificando as causas, solicitando ao prestador de serviços a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
  - c) Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas

alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários à execução dos serviços;

- d) Conceder ao prestador de serviços o acesso a documentos necessários à execução da prestação de serviços;
- e) Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade;
- f) Reunir com o prestador de serviços sempre que tal lhe seja solicitado.

### **Cláusula 17.ª**

#### **Preço base e preço contratual**

1. O preço base é o montante máximo que o Município da Maia se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município da Maia obriga-se a pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço contratual não poderá exceder o valor base global, fixado em **454.001,66 € (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e um euro e sessenta e seis cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde aos seguintes valores base por lote:
  - a) **Lote 1** - Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia – **83.754,00 € (oitenta e três mil setecentos e cinquenta e quatro euros e zero cêntimos)**;
  - b) **Lote 2** – Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Pedrouços – **120.149,00 € (cento e vinte mil cento e quarenta e nove euros e zero cêntimos)**;
  - c) **Lote 3** – Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia - **159.762,50€ (cento e cinquenta e nove mil setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos)**;
  - d) **Lote 4** – Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para o Centro de Saúde do Alto da Maia e do Centro de Saúde de Pedrouços – **90.336,16€ (noventa mil trezentos e trinta e seis euros e dezasseis cêntimos)**.
4. O preço referido no número 3 desta cláusula, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Maia e que o concorrente prevê realizar na prestação de serviços, despesas de alojamento, mão-de-obra, alimentação, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como a utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 18.ª**

#### **Faturação e condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município da Maia, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 30 dias após a data de entrega da(s) respetiva(s) fatura(s) e sua validação pelo serviço municipal, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A faturação deverá ser efetuada de acordo como o artigo 12.º da Portaria 255/2023 de 7 de agosto, em proporção dos trabalhos a executar.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação efetiva dos serviços e entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.

4. A faturação a emitir deverá exibir o número do respetivo compromisso que consta dos documentos de adjudicação, em cumprimento da legislação aplicável, nos seguintes termos, para todos os Lotes:
  - a) Na apresentação / entrega dos projetos de execução – **90%**;
  - b) Assistência técnica á obra - Desde a data da consignação da obra até à sua receção – **10%**.
5. As faturas que não exibam o número do compromisso e a data de vencimento (30 dias), ou contenham imprecisões, serão devolvidas para efeito de correção.
6. Em caso de discordância por parte do Município da Maia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas, por regra, através de transferência bancária.
8. A partir da produção de efeitos do presente contrato, a entidade adjudicatária fica obrigada a emitir faturas eletrónicas (formato EDI) nos termos previstos no artigo 299.º-B do CCP e demais legislação aplicável, sob pena de, não o fazendo, não ser aceite qualquer outro modo de faturação e, consequentemente, não ser efetuado qualquer pagamento até que seja apresentada a fatura eletrónica.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Disposição e fruição de bens pertencentes a terceiros afetos à boa execução do contrato**

- 1 - A entidade adjudicante deve cuidar da propriedade do fornecedor enquanto esta estiver sob o seu controlo ou a ser utilizada por si.
- 2 - A entidade adjudicante deve identificar, verificar, proteger e salvaguardar a propriedade que seja disponibilizada.
- 3 - Se qualquer propriedade do fornecedor externo se perder, danificar ou de outra forma for tida como inapropriada para utilização a entidade adjudicante deve reportar ao fornecedor externo e manter registos.
- 4 - A entidade adjudicante deve assegurar a confidencialidade de informações fornecidas pelo fornecedor externo. Em caso de quebra de confidencialidade devem ser estabelecidas e implementadas as ações necessárias.
- 5 - A propriedade do fornecedor externo pode incluir materiais, componentes, ferramentas e equipamentos, instalações dos clientes, propriedade intelectual e dados pessoais.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Gestor do contrato**

- 1 - O Município da Maia designa para gestor do contrato a **Arq.ª Susana Carvalho**, funcionário adstrito à **Divisão de Projetos, Edifícios e Equipamentos**, tendo como função o acompanhamento permanente da execução do contrato, designadamente a monitorização dos níveis de desempenho do fornecedor, técnico e financeiro e respetiva avaliação anual.
- 2 - Sempre que se verifiquem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, o Gestor do Contrato deverá constituir evidência documental de todas as ocorrências existentes, devendo ainda encetar junto do fornecedor os procedimentos tendentes à sua correção, bem como a emissão de relatório devidamente fundamentado sobre o desempenho do fornecedor.

### **CAPÍTULO III**

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Penalidades contratuais e resolução**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Maia pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e dos danos causados, e por valor equivalente ao(s) limite(s) máximo(s) legalmente aplicável(eis), nos seguintes termos:
  - a) 2% do valor contratual, por cada dia consecutivo de atraso nos prazos estabelecidos no n.º 2 da cláusula 4.ª do Caderno de Encargos, por facto imputável ao prestador de serviços;
  - b) 4% do valor contratual, por cada dia consecutivo de atraso na entrega das respostas aos pedidos de esclarecimento por parte dos interessados em fase de procedimento pré-contratual;
  - c) 2% por cada falta de resposta, no que concerne às obrigações da assistência técnica à obra. Entende-se como falta de resposta:
    - i. a demora em mais de 21 dias na resposta aos erros e omissões apresentados pelo empreiteiro na fase prevista no n.º 4 do artigo 378.º;
    - ii. a demora em mais de uma semana dos pedidos de esclarecimentos da fiscalização;
    - iii. na 2ª falta consecutiva à convocatória da fiscalização para estar presente na reunião de obra.
2. A dedução da importância das multas aplicadas nos termos da alínea anterior, será efetuada aquando do pagamento, sendo nesta altura feitos os acertos necessários.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Maia terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município da Maia decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.
6. O Município da Maia pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município da Maia exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do prestador de serviços.
8. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo prestador de serviços, de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações, com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 23.ª**

#### **Resolução por parte do Município da Maia**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Município da Maia pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º por remissão do artigo 451.º, todos do CCP, designadamente, nos casos de:
  - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao prestador de serviços;
  - b) Incumprimento, por parte do prestador de serviços, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre a matéria relativa à execução da prestação de serviços;
  - c) Oposição reiterada do prestador de serviços ao exercício dos poderes de fiscalização do Município da Maia;
  - d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato.
  - e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
  - f) O prestador de serviços se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.
2. O Município da Maia também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 335.º e 336.º do CCP.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município da Maia, podendo o prestador de serviços pronunciar-se sobre a resolução do contrato, a título sancionatório, nos termos previstos na Lei.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato em caso de:
  - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 332.º do CCP;
  - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao Município da Maia;
  - c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo Município da Maia, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. Nos casos previstos na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo prestador de serviços ao Município da Maia, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recursos à arbitragem.
4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **CAPÍTULO V**

##### **Disposições finais**

#### **Cláusula 26.ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação do prestador de serviços e a cessão da posição contratual são admitidas, dependendo da autorização da outra parte, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do Capítulo VI do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo prestador de serviços, das suas obrigações, estando reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, admite-se que seja cedida a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, pela ordem sequencial daquele procedimento.

#### **Cláusula 27.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português:
  - d) Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município da Maia;

- e) Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas por correio eletrónico, ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.
  3. No caso das comunicações do prestador de serviços ao Município da Maia, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.
  4. Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário o Município da Maia que sejam efetuadas após as 17 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

### **Cláusula 28.ª**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 29.ª**

#### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar, vigentes na legislação portuguesa e europeia.

## PARTE II

### Cláusulas técnicas

#### Cláusula 30.ª

##### Enquadramento

1. Refere-se o presente documento às características e especificações a que deve obedecer a prestação de serviços de elaboração de anteprojetos e de projetos de execução, por lotes.
2. Os lotes objeto do presente procedimento são:
  - 2.1. **Lote 1** - Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia;
  - 2.2. **Lote 2** – Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Pedrouços;
  - 2.3. **Lote 3** – Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia;
  - 2.4. **Lote 4** – Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para o Centro de Saúde do Alto da Maia e do Centro de Saúde de Pedrouços.

#### Cláusula 31.ª

##### Local da prestação de serviços

1. Os serviços serão executados nas instalações do prestador de serviços, sempre que a presença do mesmo revele necessária no Município da Maia, deverá deslocar-se ao mesmo.
2. O prestador de serviços reunirá com a Entidade Adjudicante sempre que lhe seja solicitado, sendo da sua responsabilidade, a título acessório, dotar-se de todos os meios, designadamente informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços e necessários à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 32.ª

##### Características do edificado

1. Lote 1 - Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia;
  - 1.1. Valor estimado da obra – 4.350.844,00€;
2. Lote 2 – Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Pedrouços;
  - 2.1. Valor estimado da obra – 6.721.525,00€
3. Lote 3 – Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia;
  - 3.1. Valor estimado da obra – 4 564 643,00€
4. Lote 4 – Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para o Centro de Saúde do Alto da Maia;
  - 4.1. Valor estimado da obra do Centro de Saúde do Alto da Maia – 1.500.000,00€ - valor previsual de elegibilidade;
  - 4.2. Valor estimado da obra do Centro de Saúde de Pedrouços – 485.067,84 (Quatrocentos oitenta cinco mil, sessenta e sete euros e oitenta quatro cêntimos) sem IVA – valor do termo de aceitação.

### **Cláusula 33.ª**

#### **Prestação de serviços a executar**

1. Todos os lotes deverão ter em consideração na sua execução os aspetos que se mencionam a seguir:
  - 1.1. Cumprimento integral com as exigências do aviso de candidatura e termo de aceitação, que serão disponibilizados na 1ª reunião de trabalho.
  - 1.2. Cumprir com as exigências de desempenho energético da candidatura, (NZEB, NZEB+20, ...).
  - 1.3. Cumprir com as exigências do princípio do DNSH (Do No Significant Harm) e nas obrigações do cumprimento do nº 5 do artigo 28.º do DL nº 102/D de 2020 de 10 de dezembro, na sua atual redação (DL nº24/2024 de 26 de março).
  - 1.4. Produzir todos os documentos necessários para a entrega do procedimento de empreitada no Tribunal de Contas.
  - 1.5. Entregar todos os documentos necessários à abertura do estaleiro na ATC.
  
2. Na execução dos serviços objeto do procedimento, a solução a desenvolver pelo prestador de serviços no âmbito da requalificação **Lote 1 - Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia**, deverá atender ao seguinte:
  - 2.1. Ter em consideração o anteprojecto elaborado anteriormente;
  - 2.2. Termo de responsabilidade do Coordenado do Projeto;
  - 2.3. Relatório de Vulnerabilidade Sísmica;
  - 2.4. Elaborar o projeto de execução tendo em consideração as obrigações previstas na legislação e nas Regras de Medição na Construção do LNEC, bem como a fundamentação dos valores unitários estimados para cada artigo;
  - 2.5. Elaborar o Plano de Segurança e Saúde em projeto;
  - 2.6. Elaborar o Plano de Gestão da Construção e da Demolição na Construção, tendo em conta as obrigações previstas no princípio DNSH (Do No Significant Harm) e nas obrigações do cumprimento do nº 5 do artigo 28.º do DL nº 102/D de 2020 de 10 de dezembro, na sua atual redação (DL nº24/2024 de 26 de março).
  - 2.7. Assistência técnica ocorrendo:
    - a) Durante a fase de preparação do procedimento de formação de um contrato público;
    - b) Durante a fase de formação do contrato público, em particular no cumprimento do prazo para as respostas aos esclarecimentos dos interessados e durante a apreciação das propostas;
    - c) Durante a execução da obra.
  
3. Na execução dos serviços objeto do procedimento, a solução a desenvolver pelo prestador de serviços no âmbito da requalificação **Lote 2 – Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Pedrouços**, deverá atender ao seguinte:
  - 3.1. Ter em consideração o anteprojecto elaborado anteriormente;
  - 3.2. Termo de responsabilidade do Coordenado do Projeto;
  - 3.3. Relatório de Vulnerabilidade Sísmica;
  - 3.4. Elaborar o projeto de execução tendo em consideração as obrigações previstas na legislação e nas Regras de Medição na Construção do LNEC, bem como a fundamentação dos valores unitários estimados para cada artigo;
  - 3.5. Elaborar o Plano de Segurança e Saúde em projeto;
  - 3.6. Elaborar o Plano de Gestão da Construção e da Demolição na Construção, tendo em conta as obrigações previstas no princípio DNSH (Do No Significant Harm) e nas obrigações do cumprimento

do nº 5 do artigo 28.º do DL nº 102/D de 2020 de 10 de dezembro, na sua atual redação (DL nº24/2024 de 26 de março).

- 3.7. Assistência técnica ocorrendo:
  - d) Durante a fase de preparação do procedimento de formação de um contrato público;
  - e) Durante a fase de formação do contrato público, em particular no cumprimento do prazo para as respostas aos esclarecimentos dos interessados e durante a apreciação das propostas;
  - f) Durante a execução da obra.
4. Na execução dos serviços objeto do procedimento, a solução a desenvolver pelo prestador de serviços no âmbito da requalificação **Lote 3 – Elaboração de um anteprojecto e projecto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia**, deverá atender ao seguinte:
  - 4.1. Ter em consideração o estudo prévio elaborado anteriormente;
  - 4.2. Termo de responsabilidade do Coordenado do Projecto;
  - 4.3. Relatório de Vulnerabilidade Sísmica;
  - 4.4. Elaborar o anteprojecto tendo em consideração todos os licenciamentos e aprovações, por parte das entidades oficiais;
  - 4.5. Elaborar o projecto de execução tendo em consideração as obrigações previstas na legislação e nas Regras de Medição na Construção do LNEC, bem como a fundamentação dos valores unitários estimados para cada artigo;
  - 4.6. Elaborar o Plano de Segurança e Saúde em projecto;
  - 4.7. Elaborar o Plano de Gestão da Construção e da Demolição na Construção, tendo em conta as obrigações previstas no princípio DNSH (Do No Significant Harm) e nas obrigações do cumprimento do nº 5 do artigo 28.º do DL nº 102/D de 2020 de 10 de dezembro, na sua atual redação (DL nº24/2024 de 26 de março).
  - 4.8. Assistência técnica ocorrendo:
    - g) Durante a fase de preparação do procedimento de formação de um contrato público;
    - h) Durante a fase de formação do contrato público, em particular no cumprimento do prazo para as respostas aos esclarecimentos dos interessados e durante a apreciação das propostas;
    - i) Durante a execução da obra.
5. Na execução dos serviços objeto do procedimento, a solução a desenvolver pelo prestador de serviços no âmbito da **Lote 4 – Elaboração de um anteprojecto e projecto de execução para o Centro de Saúde do Alto da Maia e do Centro de Saúde de Pedrouços**, deverá atender ao seguinte:
  - 5.1. Para o **Centro de Saúde do Alto da Maia**:
    - 5.1.1. Ter em consideração o estudo prévio elaborado anteriormente;
    - 5.1.2. Termo de responsabilidade do Coordenado do Projecto;
    - 5.1.3. Relatório de Vulnerabilidade Sísmica;
    - 5.1.4. Elaborar o anteprojecto tendo em consideração todos os licenciamentos e aprovações, por parte das entidades oficiais;
    - 5.1.5. Elaborar o projecto de execução tendo em consideração as obrigações previstas na legislação e nas Regras de Medição na Construção do LNEC, bem como a fundamentação dos valores unitários estimados para cada artigo;
    - 5.1.6. Elaborar o Plano de Segurança e Saúde em projecto;

- 5.1.7. Elaborar o Plano de Gestão da Construção e da Demolição na Construção, tendo em conta as obrigações previstas no princípio DNSH (Do No Significant Harm) e nas obrigações do cumprimento do nº 5 do artigo 28.º do DL nº 102/D de 2020 de 10 de dezembro, na sua atual redação (DL nº24/2024 de 26 de março).
- 5.1.8. Assistência técnica ocorrendo:
  - a) Durante a fase de preparação do procedimento de formação de um contrato público;
  - b) Durante a fase de formação do contrato público, em particular no cumprimento do prazo para as respostas aos esclarecimentos dos interessados e durante a apreciação das propostas;
  - c) Durante a execução da obra.
- 5.2. Para o Centro de Saúde de Pedrouços, deverá atender ao seguinte:
  - 5.2.1. Ter em consideração o estudo prévio elaborado anteriormente;
  - 5.2.2. Termo de responsabilidade do Coordenado do Projeto;
  - 5.2.3. Relatório de Vulnerabilidade Sísmica;
  - 5.2.4. Elaborar o anteprojeto tendo em consideração todos os licenciamentos e aprovações, por parte das entidades oficiais;
  - 5.2.5. Elaborar o projeto de execução tendo em consideração as obrigações previstas na legislação e nas Regras de Medição na Construção do LNEC, bem como a fundamentação dos valores unitários estimados para cada artigo;
  - 5.2.6. Elaborar o Plano de Segurança e Saúde em projeto;
  - 5.2.7. Elaborar o Plano de Gestão da Construção e da Demolição na Construção, tendo em conta as obrigações previstas no princípio DNSH (Do No Significant Harm) e nas obrigações do cumprimento do nº 5 do artigo 28.º do DL nº 102/D de 2020 de 10 de dezembro, na sua atual redação (DL nº 24/2024 de 26 de março).
  - 5.2.8. Assistência técnica ocorrendo:
    - a) Durante a fase de preparação do procedimento de formação de um contrato público;
    - b) Durante a fase de formação do contrato público, em particular no cumprimento do prazo para as respostas aos esclarecimentos dos interessados e durante a apreciação das propostas;
    - c) Durante a execução da obra.

### **Cláusula 34.ª**

#### **Instrução dos Projetos**

- 1. Sem prejuízo, de outros elementos considerados adequados pelo prestador de serviços, os projetos deverão ser instruídos com os constantes na regulamentação específica aplicável, designadamente o previsto na Portaria n.º 255/2023, de 07 de agosto sendo desenvolvido pelo prestador de serviços o seguinte:
  - 1.1. Termo de Responsabilidade;
  - 1.2. Declaração da Ordem;
  - 1.3. Seguro;
  - 1.4. Memória Descritiva e Justificativa;
  - 1.5. Cálculos (caso exista na especialidade);
  - 1.6. Desenhos, de acordo com a Portaria;
  - 1.7. Mapa de quantidades;

- 1.8. Estimativa orçamental;
- 1.9. Calendarização.
2. Para a fase da execução para além do descritos no nº 1 desta cláusula deverão entregar, os documentos previstos na portaria, tais como:
  - 2.1. Caderno de Encargos da especialidade;
  - 2.2. Mapa de medições;
  - 2.3. Mapa de quantidades;
  - 2.4. Estimativa orçamental de todos os trabalhos previstos.
  - 2.5. Projeto de Segurança e Saúde em projeto;
  - 2.6. Projeto de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
3. Deverá ser junto, também, um mapa de medições, mapa de quantidades e estimativa orçamental como todos os artigos que irão ser executados em obra. O modelo do mapa de quantidades deverá permitir que seja efetuado de imediato o *upload* para a plataforma de contratação pública acinGov.
2. O projeto deverá estar instruído de acordo com a Portaria n.º 255/2023, de 07 de agosto e deve ser constituído por um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável.
3. Com a entrega do resultado da prestação de serviços, ocorre a transferência da posse e propriedade dos elementos a desenvolver, ao abrigo do contrato, para a Entidade Adjudicante.
4. O autor do projeto deve observar o estipulado na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, e demais legislação aplicável quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.

### **Cláusula 35.ª**

#### **Documentos da Responsabilidade da Entidade Adjudicante**

1. Para qualquer dos lotes serão entregues:
  - 1.1. Aviso de candidatura e termo de aceitação, caso exista;
  - 1.2. Todos os projetos anteriormente produzidos;
  - 1.3. Levantamento topográfico;
  - 1.4. Estudo geotécnico e geológico;
  - 1.5. Certificado energético do existente *ex-ante*.

### **Cláusula 36.ª**

#### **Serviços a Executar**

1. Para além das fases a desenvolver o projeto deverá ser constituído pelos seguintes projetos:
  - a) Coordenação do Projeto;
  - b) Projetos de Arquitetura (incluindo: envolvente opaca, envolvente envidraçada);
  - c) Projeto de Fachadas;
  - a) Plano de Acessibilidades;
  - b) Arranjos exteriores;
  - c) Estabilidade, contenção periférica, e reforço de estrutura de modo a acautelar o reforço de coberturas para a colocação de painéis solares (nos lotes em que haja necessidade);
  - d) Rede de Abastecimento de Água e Incêndio;
  - e) Rede de Águas Residuais;
  - f) Rede de Águas Pluviais;
  - g) Infraestruturas elétricas, incluindo GTC e renováveis fotovoltaicas;



- h) Voz e Dados (telecomunicações);
  - i) Segurança Integrada em projetos (Segurança contra Incêndio; Controlo de Acesso; Deteção de Intrusão; Deteção de Incêndios, CCTV);
  - j) Térmico, que deverá ter em consideração o requisito NZEB – Decreto Lei nº 101-D/2020, de 7 de dezembro, transpondo a Diretiva (EU) 2018/844 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, (Diretiva EPBD);
  - k) Instalações e equipamentos mecânicos (incluindo: ventilação, climatização, desenfumagem, transportes mecânicos);
  - l) Isolamento acústico;
  - m) Instalações e equipamento de gás (com exceção do Lote 5 e 6);
2. O prestador de serviços obriga-se igualmente a conhecer o edifício em questão, sendo de sua responsabilidade verificar todas as implicações decorrentes dos trabalhos que se pretendem realizar no âmbito da empreitada.

### **Cláusula 37.ª**

#### **Constituição da equipa projetista/Adjudicatários**

1. Os Adjudicatários/equipa projetista deverá nomear na equipa um coordenador com inscrição efetiva ativa na Ordem.
2. Os Adjudicatários/equipa projetista deve ser constituída, para além do coordenador, pelos técnicos autores que assegurem a elaboração dos projetos.
3. Os Adjudicatários/equipa projetista referidos(a) no número anterior devem observar o estipulado na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, e demais legislação aplicável quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.
4. Os Adjudicatários/equipa projetista só podem ser alterados(a) mediante prévio e expreso consentimento da Entidade Adjudicante.

### **Cláusula 38.ª**

#### **Modo de apresentação do Projeto**

1. As peças escritas serão apresentadas com as dimensões normalizadas DIN A4 (210 mm x 297 mm) com orientação vertical, devendo ser, também, disponibilizados os respetivos ficheiros digitais com as extensões tipo: -. Pdf/A, .doc. ou .xls, todos eles assinados digitalmente.
2. As peças desenhadas serão apresentadas com as dimensões normalizadas DIN (A3, A2, A1 e A0) de uma forma sistematizada e uniformizada, a acordar com a Entidade Adjudicante, devendo ser, também, disponibilizados os respetivos ficheiros digitais com as extensões tipo: - .pdf e .dwfx, todos eles assinados digitalmente.
3. Os documentos que integram as várias fases de projeto resultantes da prestação de serviços serão devidamente subscritos pelos respetivos autores, devendo ser apresentados 1 exemplar em suporte de papel, além do original em suporte digital (pen).

### **Cláusula 39.ª**

#### **Documentação**

1. Os documentos que integram as várias fases de projeto resultantes da prestação de serviços serão devidamente subscritos pelos respetivos autores, devendo ser apresentados 1 exemplar em suporte de papel, além do original em suporte digital (pen).



2. Para além do suporte físico terá de ser entregue em suporte informático de todo o processo, assinado, cada ficheiro digitalmente e pelo técnico responsável, bem como pelo coordenado do projeto. Para além deste, deverá ser entregue em suporte informático todo o processo em ficheiros editáveis.
3. A não entrega da documentação por causa imputável ao prestador de serviços, responsabiliza-o perante o Município havendo penalizações.